

Alianças e confrontos: neoliberalismo, conservadorismo religioso e progressismo na América do Sul

Nayive Castellanos Villamil¹
Maria Margarida Cintra Nepomuceno²

Resumo

Este artigo pretende compreender o enquadramento político contemporâneo na América do Sul com um duplo enfoque: por um lado, no progressismo como barreira de contenção do neoliberalismo e, por outro, nas disputas morais mais visíveis na cena nacional por parte de segmentos religiosos neoconservadores. Esta análise comparada propõe a abordagem de três núcleos políticos: o bolivariano, o neoliberal e o neodesenvolvimentista, para descrever a conjuntura macro e micropolítica de oito países da região, que malgrado suas nuances permitem estabelecer contrapontos ou contrastes na forma de enfrentar problemas estruturais de redistribuição (econômicos) e de reconhecimento (democratização de direitos). O argumento é que o neoliberalismo e o conservadorismo são variáveis estruturais, enquanto o progressismo opera como apaziguamento, com amplas limitações embora tenha conseguido certas mudanças no amplo caminho de rupturas com o enraizamento basilar das práticas capitalistas, patriarcais, coloniais e de discriminação sexual e de gênero.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Conservadorismo; Progressismo; Religião; Política.

1. Introdução

Nas décadas 70 e 80 do século XX foram instauradas medidas econômicas, políticas e sociais na América do Sul, cujo aprimoramento inicial ocorreu no Chile estendendo-se à Argentina e posteriormente ao resto de países da região. Essas medidas estiveram marcadas pela redução do gasto fiscal, diminuição do peso estatal, reformas tributárias, privatizações, livre entrada de investimentos externos, acumulação do capital mediante mercantilização, financeirização e extrativismo, todos eles como processos de implementação do neoliberalismo, fortemente inspirados no Consenso de Washington, para pagamento das dívidas externas mediante a interferência do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e consequente criação de mecanismos de disciplinamento social e político (KLACHKO; ARKONADA, 2017). Como resultado desses processos, a reconfiguração da correlação de forças mostrou, grosso modo, duas linhas geopolíticas condensadas, por uma parte, na aplicabilidade bem-sucedida do neoliberalismo em países como Chile, Colômbia e Peru e, por outra parte, na resistência às medidas neoliberais em países como Bolívia, Brasil e Argentina. A partir dessas duas linhas, ora de aquiescência ou de contestação parcial ao neoliberalismo, desdobram-se três núcleos mais específicos: o núcleo bolivariano, o

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina PROLAM, da Universidade de São Paulo. E-mail: nayive.castellanos@usp.br

² Doutora em Ciência da Integração da América Latina pelo PROLAM Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo. E-mail: margaridacn@usp.br

neoliberal e o neodesenvolvimentista. Ainda assim, na maioria de países de América do Sul o progressismo foi o alicerce para enfrentar os efeitos neoliberais, cujos resultados não atingiram as constantes expectativas da sociedade em seu conjunto:

O progressismo é a reação política em condições neoliberais, que se manifesta, antes de tudo, como uma cultura anti-conservadora, antagonista aos seus dirigentes e com simbolismo de esquerda, ou indígena nos Andes, mas sem ter encontrado a chave para desarmar os fundamentos da organização neoliberal (e neocolonial) da sociedade (SCHAVELZON; PENNISI, 2021, no prelo, tradução nossa).

Nesse sentido, de acordo com Santos (2021), as iniciativas dos governos de esquerda durante a onda progressista de começos deste século, para amortizar os efeitos neoliberais, tornaram-se grandes paradoxos na medida em que ofereceram alternativas conjunturais e não mudaram o rumo estrutural dos países, revertendo e esgotando o progressismo, o qual acarretou um neoliberalismo inclusivo ou progressismo regressivo, que em alguns países desembocou num neoliberalismo autoritário. Porém, o progressismo *per se* não projetou qualquer articulação neoliberal, mas dadas as multifacetadas dimensões da razão neoliberal e as gradativas mudanças da sociedade tornou-se complexo para conter a crise social, deixando a impressão de um eterno retorno àquelas causas que tentam superar-se e voltam aprofundando os problemas redistributivos e de reconhecimento. Desse modo, embora o progressismo não tenha mudado estruturalmente a ordem das coisas proporcionou perspectivas de mudança, que claramente precisariam ser mais contundentes.

Por outra parte, assim como o neoliberalismo, o conservadorismo representa também uma variável estrutural na análise político-religiosa da região, e constitui o solo fértil da sociedade cujo legado colonial, cristão e moral se mantém na região concomitantemente com os processos de laicidade e secularização de cada país. Junto aos históricos problemas de redistribuição juntam-se as demandas, no momento contemporâneo, por democratização dos direitos e políticas de reconhecimento, que constituem uma das disputas mais acirradas em termos de macro e micropolítica. A exacerbação das pautas morais por parte do ativismo conservador evangélico de direita constitui, dentre outros agentes, do que a literatura nomeia como neoconservadorismo (LACERDA, 2019; BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020) ou onda quebrada (ALMEIDA, 2017) na medida em que envolve outros temas tais como sionismo, militarismo anticomunista e neoliberalismo. Desse modo, tanto o neoliberalismo quanto o conservadorismo persistem estruturalmente nos modos de pensar e agir de segmentos ora seculares ora religiosos, já que nem todos os grupos religiosos são conservadores nem todos os conservadores são religiosos.

A disputa pela defesa da moral normativa e os costumes transcorre em espaços públicos e em instâncias governamentais paralelamente à reivindicação pela democratização de direitos sexuais, reprodutivos e de gênero por parte de segmentos geralmente marginalizados. Neste sentido, os embates pelas políticas de reconhecimento tornaram-se mais acirradas, dado o posicionamento conservador de religiosos e seculares perante as conquistas progressistas. Contudo, cabe uma questão metodológica. Como opera o conservadorismo, pauta conservadora ou neoconservadorismo?

O conservadorismo opera em diversas parcelas independente de marcadores sociais de diferença como classe, religião, gênero e raça, bem como aos dois lados da política partidária e em espaços institucionalizados ou não. Porém, o que a literatura nomeia como neoconservadorismo envolve à direita cristã como um dos seus principais agentes e caracteriza-se pela reação ferrenha ao feminismo e às pautas dos grupos LGBTQIA+, pautas contestadas por grupos evangélicos conservadores. As lideranças neopentecostais provenientes das maiores igrejas com destaque político além de defender pautas conservadoras, respondem a interesses econômicos, partidários, eleitorais e transnacionais em termos de constituir redes e afiançar acordos programáticos com órgãos internacionais, ministérios e embaixadas.

O fato de alguns governos avançarem timidamente em políticas progressistas no que tange a um “novo” regime de sexualidade para a ampliação de direitos, resultou em maior visibilização e fortalecimento por parte das lideranças mais conservadoras e alinhadas com a direita. Neste artigo, supera-se favoravelmente a discussão sobre o embate entre aparentes linhas fronteiriças do público e do privado, do “lugar” da religião e da participação de religiosos no campo político, a qual é democrática.

Com relação às políticas de reconhecimento constitui-se como problema público, de um lado, o acirramento de parcelas conservadoras que, vinculadas à direita partidária, associam a emergência de direitos sexuais e reprodutivos a questões imorais e ao declínio de poder das nações, por conta da democratização de direitos a segmentos não normativos. De outro lado, evidencia-se a tensão entre os paradoxos morais do século XIX e os arranjos sexuais modernos, que dão origem a outro sistema caracterizado por diversas populações, estratificações e seus próprios conflitos políticos.

Desta forma, perante a iniciativa de democratização dos direitos, as tímidas políticas progressistas de reconhecimento redundaram em intensificação do ativismo religioso conservador, particularmente de lideranças evangélicas, cuja visibilidade e força política em instancias Legislativa e Executiva reacomodam forças no Estado, dada sua paulatina

acumulação e fortalecimento dos capitais simbólico, financeiro e político. No momento contemporâneo, tanto no núcleo de países que passaram por governos progressistas quanto aqueles que mantiveram suas políticas neoliberais e conservadoras, as campanhas antigênero foram amplamente atuantes em toda a região, com maior ou menor impacto, até o ponto de reposicionar as correlações de forças em instancias governamentais.

As objeções antigênero sentiram-se na América do Sul através de diversos dispositivos, encontrando maior difusão e impacto nos núcleos políticos de governos que passaram pela onda progressista. Porém, nos países com governos favoráveis ao neoliberalismo também se acionaram ditas mobilizações, mas a reacomodação de forças não foi tão agressiva. Nesse sentido, a região enfrenta processos de instabilidade política com o recrudescimento do neoliberalismo, bem como do conservadorismo religioso por parte da direita cristã. E, por sua parte, a correlação de forças dos governos de direita garante a acelerada participação de lideranças conservadoras religiosas na esfera pública (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Não obstante, também se encontram fusões entre repertórios aparentemente opostos. De fato, neoliberalismo e progressismo não se excluem um do outro até em pautas morais, como indica Fraser (2017) quem aborda o conceito de neoliberalismo progressista para se referir, por um lado, à aliança dos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo e direitos LGBTQIA+ e, por outro, a setores empresariais "simbólicos" e de serviços. Dessa maneira, nessa aliança as forças progressistas estão efetivamente unidas às forças do capitalismo especialmente à financeirização.

Por sua parte, o ativismo político evangélico conservador de direita nos debates contemporâneos na América Latina, e em outras regiões do mundo, é incontestável. Evidencia-se o recrudescimento das expressões evangélicas, politicamente conservadoras e de direita, em torno do papel do Estado, da moralidade normativa e do mercado. Somado às características socioeconômicas neoliberais da região e à produção de discursos político-teológicos locais e globais, os embates entre o neoconservadorismo e o progressismo registram a conjuntura político-religiosa da região. “Os protagonistas mais visibilizados do conservadorismo moral religioso nos últimos anos têm sido os evangélicos pentecostais que entraram, mais do que em qualquer outro momento, na disputa pela moralidade pública” (ALMEIDA, 2017, p. 17).

A região embora experimente certo grau de dessacralização também têm experimentado a sacralização do espaço público em diferentes níveis. O fortalecimento do capital político por parte de segmentos religiosos, o acirramento de pautas conservadoras,

bem como as crises de representatividade política são variáveis que integram a conjuntura política atual. Para autores como Castells (2018) a análise do cenário contemporâneo obedece ao colapso da democracia liberal enquanto modelo político de representação e governança, que instiga a criação de partidos nacionalistas, xenofóbicos e críticos à política tradicional. Nesse sentido, a crise política tem uma dimensão global, apesar das suas especificidades locais. Nessa abordagem mais global, Lilla (2010) apresenta um balanço comparado entre o século passado e o presente, para destacar os problemas políticos mais debatidos, distinguindo na sua análise um retorno na forma de enfrentar os conflitos políticos. Para Lilla no século XX os termos políticos eram guerra, revolução, nacionalismo, classe e raça, enquanto no século XXI são razão, revelação, tolerância, martírio e o messianismo político. Estas contribuições fazem parte do amplo arcabouço teórico que paulatinamente se tece, para compreender, desde diversos campos, o momento contemporâneo.

Deste modo, de acordo com os três núcleos políticos regionais propostos no início do texto: o bolivariano, o neoliberal e o neodesenvolvimentista, analisam-se suas características políticas gerais, dando passo à interface com o neoconservadorismo, especificamente, nas políticas antigênero. O primeiro núcleo, denominado bolivariano, está composto por Venezuela, Bolívia e Equador; o segundo núcleo, o neoliberal, compõe-se do Peru, Chile e Colômbia e o terceiro núcleo, o neodesenvolvimentista, integrado por Brasil e Argentina.

2. Núcleo bolivariano: Venezuela, Bolívia, Equador

O núcleo bolivariano, conformado por Venezuela, Bolívia e Equador, caracteriza-se, apesar dos distintos matizes, pelos governos de esquerdas ou populares. Este núcleo tem caminhado num horizonte pós-neoliberal compartilhando junto com Cuba a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) e com propostas tais como o socialismo do século XXI, o socialismo comunitário, a Revolução Cidadã e o Bem Viver. Porém, o alcance e avanço dessas propostas e as correlações de forças são alguns eixos em debate, mas com todos os inúmeros obstáculos, avanços e retrocessos constituíram vanguardas na guinada sul-americana de começos do presente século.

Nos três países, o paradoxo do progressismo deixou posições dominantes e antidemocráticas nas instituições. No caso das políticas de reconhecimento o tipo de progressismo adotado também não resultou em maior democratização de direitos dado o férreo conservadorismo e em países como Bolívia redundou em auge das clivagens político-neopentecostais.

No caso da Venezuela, por um lado, persiste a luta pela democratização de direitos, que apesar da base popular do governo bolivariano, o conservadorismo na moral e nos costumes estão fortemente enraizados em amplas parcelas da sociedade. Por outro lado, a crise econômica e política interna agudizou-se e o projeto não consolidado do socialismo não consegue, nos termos atuais, mudar o rumo do país de forma estrutural. Na Bolívia as contradições ao interior da base popular geram rachaduras que vão deixando espaço para a redefinição na correlação de forças, capitalizadas por lideranças neopentecostais em aliança com a direita e, nesse sentido, o progressismo nem na sua versão da macro nem da micropolítica conseguiram reconduzir a Bolívia, mas são os movimentos indígenas, cuja organização e constantes lutas procuram o Bem Viver. O Equador não escapou das divisões e contradições na base popular, nem de posicionamentos pouco democráticos por parte do governo de Rafael Correa (2007-2017). Em termos de ampliação de direitos no Equador, apesar de contar uma sociedade parcialmente secularizada, existe certa tendência de revigoramento do conservadorismo e disputa da laicidade e da secularização em termos de enfoque de gênero nas políticas públicas.

2.1 Venezuela: socialismo do século XXI

No começo do presente século Venezuela marcou a trilha do caminho “pós-neoliberal” através do projeto político socialismo do século XXI, que buscou promover o desenvolvimento da propriedade social sobre os meios de produção, o qual gerou enfrentamentos com a direita e contradições internas próprias de governos de inflexão à esquerda, que se contrapõem às forças hegemônicas de elite. Esse projeto político teve muitas fases, rupturas e continuidades desde sua concepção até hoje, constituindo-se como um projeto não consolidado. Em termos de ruptura, o projeto visibilizou setores precarizados pelas políticas neoliberais e amplas disputas redistributivas, assim Venezuela tornou-se o caso especial, cuja dependência dos combustíveis fósseis desestimulou a diversificação da oferta nos setores econômicos.

Sua economia rentista incidiu na organização de classes, gerando uma cultura centrada, que paulatinamente foi deixando de ser inspiradora das esquerdas para escorregar numa crise econômica, acentuando as contradições no interior do movimento bolivariano e nas relações de força. A partir de 2019 a crise agravou, o PIB contraiu, a inflação aumentou vertiginosamente e em termos sociais os níveis de migração aumentaram, especialmente, com

destino à Colômbia, sob a promoção do governo Duque como parte da ofensiva contra o governo venezuelano.

2.1.1 Socialismo sincrético venezuelano

Na Venezuela, apesar da autonomização das esferas enquanto a separação entre Igreja e Estado, invocam-se símbolos e imagens religiosas no público, como foi feito pelo Hugo Chávez, recorrendo a “‘um socialismo sincrético’ que além de pressupostos propriamente ideológicos e políticos recorreu a elementos [religiosos] além de fazer apologia ao indigenismo e à Teologia da Libertação, inferindo que o “reino de Deus” se identificaria com o socialismo” (ORO, 2008, p. 41).

Nas últimas eleições de 2018, Nicolás Maduro foi eleito para os próximos seis anos de governo com quase seis milhões de votos, ficando em terceiro lugar o pastor evangélico Javier Bertucci, com um pouco mais de 900.000 votos, acusado de escândalos de corrupção, mas apresentando-se como instrumento de Deus para levar os valores cristãos a todos os venezuelanos, cuja população conta com 17% de evangélicos e 73% de católicos.

Na esfera pública há participação tanto católica quanto de igrejas vinculadas a processos comunitários, bem como de igrejas evangélicas que levantam bandeiras antidireitos reforçando a institucionalidade conservadora e autoritária. Portanto, as políticas de reconhecimento ainda não transitaram na ampliação de direitos tais como a aprovação da união civil de pessoas do mesmo sexo, já que assim como o aborto são proibidos, exceto neste último caso se houver risco de morte materna.

2.2 Bolívia: o Bem Viver como contraponto ao neoliberalismo

O segundo país que integra o núcleo bolivariano é Bolívia, cujas políticas neoliberais estenderam-se nos diversos territórios com a implementação das denominadas capitalizações das empresas públicas sob controle de transnacionais, argumentando excessiva ineficiência dos serviços públicos. Porém, são recorrentes as lutas sociais por parte dos indígenas exigindo dignidade e a defesa de territórios dos povos ancestrais tais como os Aymara e os Quéchua, que procuram a reivindicação de modos de organização socio-comunitários socialistas em oposição às políticas neoliberais. Nos anos 2000 se acrescentaram as formas de resistência com variados levantes indígenas, sendo a Guerra da Água a principal luta contra a privatização desse recurso, à qual se somam múltiplos setores sob o guarda-chuva da recuperação da soberania nacional. O Movimento ao Socialismo (MAS) constituiu-se para

articular as demandas das frações sociais e reconfigurar as correlações de força. Dessa forma, os indígenas constituem o sujeito popular, a força central da realidade boliviana e o MAS a chave para a concentração do poder e ponto de inflexão nas eleições, muito embora com contradições e disputas tanto ao interior dos movimentos quanto ao nível da macropolítica sob a liderança de Evo Morales (2006-2019).

O movimento indígena e camponês representa importantes reformas sociais, políticas e culturais que mesmo nos marcos do sistema capitalista sustenta processos de democratização com elementos de socialismo. A nova Constituição política, de 2009, inseriu um horizonte descolonizador do Bem Viver e o modelo de economia plural, que junto à nacionalização de recursos apresentou avanços na ruptura com o desenvolvimento capitalista. Porém, a Bolívia atravessa várias contradições entre o Estado e os movimentos sociais inerentes à oposição do extrativismo.

2.2.1 Disputa na esfera pública: da Pachamama à Bíblia

Bolívia integra o grupo de Estados laicos com a promulgação da Constituição Federal de 2009 durante o governo de Evo Morales. Entretanto, as declarações de pertença da população boliviana aos segmentos pentecostal e neopentecostal continuam crescendo no país e mesmo antes de 2009, sob o Estado confessional, dois partidos políticos evangélicos levaram à esfera pública o protesto religioso: a Organización Renovadora Auténtica (ORA) organizada em 1989 e a Alianza Renovadora Boliviana (ARBOL) fundada em 1992 (SILVA, 2019).

Dez anos depois, em 2019, a entrada de Jeanine Añez à casa presidencial com Bíblia na mão, apoiada pelos militares, após a saída do eleito Evo Morales, se evidenciou o auge do movimento evangélico de direita nesse país. O evangélico e candidato derrotado nas presidências de 2019, Luís Fernando Camacho, incentivou a substituir a referência à Pachamama dos lugares públicos pela Bíblia. Esse discurso se enquadra no neopentecostalismo extremista que vê com desdém os povos originários, cujo “paganismo” deve ser reconduzido pelo cristianismo. Desse modo, as formas coloniais estão ancoradas ainda na visão e nas formas de fazer política dessas lideranças evangélicas.

No que tange a políticas de reconhecimento na Bolívia o aborto não está legalizado, permitindo-se somente em caso de risco de morte materna, nem a união civil de pessoas do mesmo sexo. Porém, Bolívia está entre os países latino-americanos que possuem um arcabouço político moderadamente progressivo em direitos reprodutivos expresso pelo Estado

desde a assinatura, em 1994, do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), no Cairo, e assim como no resto da região os tímidos avanços em matéria de direitos foram alcançados pela confluência entre diferentes forças sociais.

2.3 Equador: a Revolução Cidadã

O terceiro e último país que compõe o núcleo bolivariano é o Equador, cujo movimento indígena representa a força política predominante, que mediante a Revolução Cidadã se propôs construir um horizonte do Bem Viver. Desde 2008 com a nova Constituição, o Equador ampliou o reconhecimento de direitos e implementou, no âmbito econômico, o processo de auditoria da dívida externa, para controlar esse indicador e destinar mais recursos e investimento à educação e saúde. O movimento indígena equatoriano, descentralizado e heterogêneo, teve diversos conflitos com o ex-presidente Rafael Correa, os quais são enquadrados como tensões de tipo classista e étnica de acordo a etiquetas ideológicas, mas o desafio do movimento indígena é se manter como terceira via política entre o correísmo e a direita tradicional (OSPINA, 2021).

Desse modo, o Equador sob Correa apresentou divisões, fraturas e posições intolerante diante das críticas, enquanto estabeleceu alianças com segmentos conservadores e neoliberais. Com o liberal e conservador Guillermo Lasso, o país novamente enfrenta manifestações de rua contra as medidas econômicas do governo, já que o aumento da gasolina chegou a 12%.

2.3.1 Secularização e laicidade sem reverberação neopentecostal

No Equador, o conservadorismo moral articulado com a influência das igrejas evangélicas e católicas tem limitado a incorporação de agendas de direitos reprodutivos nas organizações indígenas (OSPINA, 2021, no prelo, tradução nossa). No entanto, a este país se lhe atribui uma sociedade secularizada que dificulta a consolidação do voto evangélico, bem como a falta de articulação em torno de uma candidatura evangélica, levando a que os votantes evangélicos se dispersem pelo espectro político nacional, desse modo, as diversas correntes religiosas somam ao redor de 2 milhões de uma população de 17 milhões (EFE, 2021). Nesse sentido, no Equador ainda não existe a reverberação entre política e religião, como acontece no restante da região, ficando apenas numa atividade lobista por parte de segmentos evangélicos, que difundem pautas morais, mas com potencial futuro de chegarem a

ser predominantes num país onde até agora a fé não agia simbioticamente com a política partidária (EFE, 2021).

Não obstante, com relação à democratização das políticas de reconhecimento, no que tange a gênero, sexualidades e direitos reprodutivos, a agitação das políticas antigênero teve crescimento durante os governos de Rafael Correa e após de sua saída (VITERI, 2020). Para Viteri, houve contradições nas políticas de reconhecimento nos governos de Correa, já que, por uma parte, manteve estruturas normativas e homofóbicas, mas, por outra parte, desenvolveu estratégias protecionistas das liberdades individuais para ganhar a atenção desses setores, assim “na Constituição de 2008 ampliou as definições jurídicas de família, reconhecendo-a em suas diversas formas, mas paradoxalmente bloqueou os casamentos do mesmo sexo e limitou os direitos de adoção às famílias homo parentais” (VITERI, 2020, p. 3, tradução nossa).

Lenin Moreno, em 2017, apesar de ser correista, mudou as diretrizes promovendo o enfoque de gênero na educação, o que levou a diversas manifestações por parte dos grupos “pró-vida” para defender sua visão de família e rejeitar a chamada “ideologia de gênero”, portanto, teve que se suprimir o termo gênero do projeto educativo. Essas tensões terminaram impedindo a ampliação dos direitos, cuja implementação provocou reações por parte de segmentos católicos e evangélicos, bem como de não religiosos, onde aliás o progresismo adquiriu conotações pejorativas associadas apenas à defesa comunista, esquerdista e de promoção de direitos sexuais.

3. Núcleo neoliberal: Chile, Peru, Colômbia

Este núcleo, composto por Chile Peru e Colômbia, caracterizou-se, até recentemente, pela ausência de governos progressistas e aprofundamento de políticas neoliberais bem-sucedidas, durante o século XXI, enquanto seus vizinhos sul-americanos conformavam outros blocos políticos progressistas. Porém, a eleição de Pedro Castillo no Peru, a aprovação da nova Constituinte no Chile previamente à eleição de Boric, e a expectativa de eleição presidencial de esquerda na Colômbia em 2022, apresentam sinais de uma possível guinada governista, mas não sob os mesmos preceitos progressistas de começos do século ao estilo do núcleo bolivariano. No entanto, esses países isentos de governos progressistas e cujo neoliberalismo se institucionalizou, também sofreram desgastes nas correlações de força, manifestando-se nos últimos anos através de mobilizações de rua bem como de guinadas eleitorais.

O esplendor do neoliberalismo chileno está sendo contestado através de mudanças constitucionais e levantamentos de rua, os quais também se mobilizaram em defesa da democratização dos direitos sexuais e reprodutivos. O paulatino descrédito na Igreja Católica impacta também o segmento evangélico em termos de legitimidade política, mas também como contrapartida esse segmento busca obter os mesmos benefícios.

O Peru também compartilha com o Chile não apenas a experiência neoliberal, mas também a recente mobilização e guinada eleitoral como expectativas de mudança. Porém, o forte conservadorismo e o posicionamento da Igreja Católica, bem como de lideranças evangélicas e o alinhamento governista não favorecem as políticas de reconhecimento no Peru.

O caso colombiano de governos de direita, também sem experiências progressistas, recentemente se juntou às mobilizações de rua e fortes protestos pelas condições de vida precária, aumento da violência, insegurança, falta de educação pública, deficiente sistema de saúde e constantes reformas. Com relação a políticas de reconhecimento, estas têm sido paulatinas como resultado de demandas individuais jurídicas apoiadas por movimentos sociais, já que os governos de direita mantêm estreitas relações com a Igreja Católica e acordos programáticos com lideranças evangélicas dificultando avanços na democratização dos direitos. A possível guinada à esquerda nesse país será um capítulo por escrever na história política recente colombiana. Contudo, as experiências neoliberais nesses países além de precarizar a vida das classes mais vulneráveis, não resultaram em políticas sólidas de reconhecimento.

3.1 Chile: neoliberalismo autoritário

O golpe de Pinochet em 1973 instaurou o regime ditatorial, que deixou forte legado de extrema direita. A singularidade da repressão no Chile introjetou o projeto neoliberal pioneiro enraizado na educação, na saúde e nos direitos humanos, portanto, não houve ruptura dessa agenda sob governos timidamente progressistas como o de Bachelet dado tal enraizamento neoliberal.

Recentemente os levantes tiveram resultados tais como a implementação da Assembleia Constituinte que procura romper com o legado pinochetiano, porém a sociedade está fragmentada com relação às possíveis mudanças e à forma como elas se articulam. Após os levantes, como aspecto positivo, permanecem as assembleias territoriais como espaços de debate em torno dos processos políticos.

A demanda pelo processo constituinte, iniciada em 2011, com o movimento estudantil, entre outros, vêm reivindicando a necessidade de uma Constituição democrática e com maior agitação e força através das manifestações de 2019 como resultado, por uma parte, da crise do neoliberalismo, em termos de sua incapacidade para atingir as expectativas da população e, por outra parte, da crise do sistema democrático restrito e de baixa intensidade, manifestado em corrupção, descrédito da política e abstenção nas eleições (GREZ, 2019).

Nesse sentido, Chile depois de uma longa fase neoliberal posiciona-se com maior visibilidade, após 2019, na disputa por mudanças estruturais e embora os desafios sejam grandes mostra-se com grandes expectativas nos levantes e em diversas mobilizações que redefinam as correlações de força.

3.1.1 Esvaziamento da Igreja no público

No Chile, assim como no Brasil, o “declínio do catolicismo e as clivagens entre Igreja e Estado durante os regimes autoritários favoreceu o estabelecimento de novas relações clientelísticas entre os governos militares e as sociabilidades protestantes” (SILVA, 2019, p. 256). As exigências desde 1989 por parte de protestantes conservadores de uma reforma religiosa e posterior rejeição pela Organização Evangélica, levou aos pentecostais a conformar a Alianza Nacional Cristiana (ANC), em 1995, e em 1999 os evangélicos conseguiram a Lei dos Cultos que passou a garantir a todas as confissões religiosas os mesmos direitos da Igreja católica perante o Estado (SILVA, 2019).

A partir de 2015 se constituíram partidos evangélicos tais como *Nuevo Tiempo* (NT), *Partido Cristiano Ciudadano* (PCC), *Unidos en la Fe* (UNFE), que considerados em formação, defendem os valores tradicionais e contrários às pautas de aborto, gênero e à secularização, mas que no final não conseguiram se consolidar fortemente na política (GÓMEZ, 2018). As discussões ferrenhas em torno de temas considerados morais são concorrentes nos evangélicos, conseguindo leis tais como a criação de um feriado em comemoração às Igrejas evangélicas, sob o governo da presidenta Bachelet, em 2008.

No momento atual chileno, com relação à democratização das políticas de reconhecimento (gênero, sexualidades e direitos reprodutivos) a chamada “ideologia de gênero” também tem espaço na esfera pública política. Em 2017 houve agitação antigênero durante o debate legislativo de reforma e inclusão de três exceções para a aprovação do aborto. Mas a Lei de Identidade de Gênero, que cobrou importância no Legislativo, posterior à Lei antidiscriminação de 2012, detonou as reações de parcelas da direita conservadora

neoliberal, enquanto outros segmentos da direita filiados ao presidente foram favoráveis aos projetos de lei, cujos conteúdos são continuamente apoiados pela esquerda em termos de reconhecimento (BARRIENTOS, 2020).

A Igreja não conta com imagem favorável na cidadania dados os abusos sexuais por parte de religiosos e sua posterior impunidade, que levaram à queima de várias igrejas nas recentes manifestações, pressão que reduziu a participação de evangélicos e católicos nas discussões durante os últimos levantes. Por sua parte, o partido Democracia Cristã, fundado nos anos 60, apresentou propostas mais voltadas para temas políticos como reformas, mas apesar de ter tido muita influência, agora na transição política esse poder se viu diminuído com apenas um representante na Constituinte e pouca adesão a partidos políticos.

Por conta do descrédito da Igreja Católica, paulatinamente os evangélicos têm assumido certa liderança, embora não comparada com o avanço em outros países da região e, apesar que não possuem os mesmos recursos legais com os que contava a Igreja Católica, há redes transnacionais que oferecem suportes e assessorias jurídicas aos evangélicos.

Chile tem atravessado por várias situações de conservadorismo tais como propostas para mudar ministérios incluindo o termo família; incremento de violência física contra pessoas não normativas sexualmente; projetos da bancada cristã; pretensão de associar o aborto à tortura e à eugenia com linguagem usada na ditadura militar; e visão da educação como campo de batalha em torno da “colonização ideológica”. “José Antonio Kast, o candidato presidencial de extrema direita nas eleições de 2018, contrário às políticas de gênero, comparado com Jair Bolsonaro, está conectado organicamente com figuras de alto nível da direita transnacional, como o primeiro Ministro da Hungria, Viktor Orbán” (BARRIENTOS, 2020, p. 11, tradução nossa).

Porém, parcelas da sociedade e movimentos sociais se manifestam em oposição a essa visão de mundo através de inspiradoras contestações como “*el violador eres tú*” apesar dos altos níveis de violência nas ruas, semelhantes ao que acontece na Colômbia com o excesso da força policial. Este é outro indicador da dificuldade do Chile devido a seu legado ditatorial e neoliberal, que pouco a pouco trabalha por mudanças enquanto se constroem e fortalecem a laicidade do Estado e a secularização da sociedade.

3.2 Peru: do fujimorismo ao progressismo popular?

O Peru depois de uma longa trajetória de governos de direita, em 2021 elegeu a Pedro Castillo, professor de origem camponesa, quem propôs romper com o legado neoliberal das

últimas décadas, porém com um resultado estreito diante da candidatura da líder de direita Keiko Fujimori. Peru atravessou alta instabilidade política, já que em cinco anos teve quatro presidentes todos com processos judiciais, cuja crise de representatividade se visibilizou nas manifestações de rua de 2020. Pedro Castillo focou durante sua campanha com maior ênfase nas políticas de redistribuição, já que em torno de políticas de reconhecimento, se posicionou a favor da pauta pro-família, rejeição à descriminalização do aborto, do casamento igualitário e contrário à inclusão da abordagem de gênero no currículo escolar (SOSA, 2021).

Esta última eleição presidencial foi um levante eleitoral do Peru andino profundo, cujos efeitos cobriram todo o país, mas Castillo está longe da cultura comunista, enquadrado dentro de uma esquerda “provinciana” em oposição à esquerda “cosmopolita”, com desafios muito grandes, já que as elites contornaram a virada à esquerda na região e cooptaram aqueles com programas reformistas (AZEVEDO, 2021).

3.2.1 Religião: força institucional peruana

No Peru há dispositivos constitucionais que asseguram privilégios à Igreja Católica, considerando-se a laicidade restrita por não excluir à Igreja do exercício do poder político e administrativo. No passado, diante da instabilidade política mais do que o peso nacional do catolicismo, as minorias étnicas protestantes se mobilizaram ao redor do imaginário messiânico apoiando a Alberto Fujimori. Obtiveram, dessa maneira, representação parlamentar e constituíram partidos políticos confessionais como o partido *Frente Evangélico* (FE), o *Movimiento Acción Renovadora* (AMAR), a *Unión Renovadora de Evangélicos Peruanos* (EREP) e o partido *Presencia Cristiana* (PC) (SILVA, 2019).

Na década dos anos 80 ocorreram diversas tentativas de organizar partidos evangélicos, mas todos tiveram vida efêmera, cujas iniciativas de estudantes universitários evangélicos perceberam que a esquerda não se ajustava para sua militância cristã, assim a *Alianza Popular Revolucionária Americana* (APRA) deixou de ser o partido dos evangélicos. Estes passaram a procurar outras alternativas e na década dos 90 houve ampla participação dos evangélicos na política, tanto nas fileiras do partido governista quanto em partidos de oposição e independentes; participação recorrente também nas eleições de 2000, por parte dos evangélicos no processo eleitoral se posicionando a favor ou contra o governo Fujimori (RIVERA, 2007). Desse modo, o incremento da mobilização evangélica a partir da década dos 90 obedeceu a sua visão de um despertar espiritual, trilhando o caminho para sua participação na política eleitoral.

Até 2016, o fujimorismo abrigou todas as nuances da extrema direita. Assim, em sua bancada estavam candidatos conservadores com uma agenda "pró-vida" e direitos anti-LGBTI. Alguns deles acabaram se afastando por acharem que não havia um apoio consistente de Keiko Fujimori para esses princípios (SOSA, 2021, no prelo, tradução nossa).

Assim como os militares representam força institucional, apesar de seus dissensos internos, também as igrejas evangélicas configuram um importante segmento na política apoiando candidatos conservadores em oposição à ampliação de liberdades individuais, porém, há evangélicos progressistas que tentam fazer contrapeso, mas são reduzidos e ainda com pouca força política (GRADOS, 2020). No Peru o aborto não está legalizado, permitindo-se somente em caso de risco de morte materna, nem a união civil de pessoas do mesmo sexo.

3.3 Colômbia: ditadura democrática neoliberal

Colômbia faz parte da tríade onde o neoliberalismo se constitucionalizou, porém recentemente as forças neoliberais começaram apresentar desgaste, visibilizando-se nas manifestações e levantes de rua desde 2016 e com maior temporalidade e agentes em 2021, como se evidenciou em Chile e Peru. Colômbia mantém relações estreitas historicamente com os EUA em termos comerciais, políticos, culturais e militares, cuja aliança discorre em pontos como o narcotráfico e a guerrilha. Colômbia apresenta índices de violência singulares na região, naturalizando várias formas de mortes apesar de considerar-se teoricamente como uma das democracias mais antigas da região, em vista de não ter passado por ditaduras, o que a torna um caso paradoxal. Nesse sentido, dado o histórico conflito armado, pensar na paz e que tipo de paz diante um Estado forjado na contra insurgência representa um grande desafio. Por uma parte, junto ao neoliberalismo a financeirização, o paramilitarismo e a relação com os EUA configuram linhas de força no sistema político e, por outra parte, paralelamente se construiu um bloco social fazendo da guerra um mecanismo de vida, que encontrou no uribismo o terreno fértil para se articular (SANTOS, 2021).

Desse modo, enquanto países como Brasil, Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela a começos do século XXI atravessaram experiências progressistas, por sua parte, Colômbia bem como Peru e Chile continuavam sumidos nos governos de direita e no caso da Colômbia afastada politicamente da guinada de esquerda sul-americana, já que o período do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez se estendeu e perpassou sua gestão como partido de guerra, asfixiando a esquerda e o progressismo durante seus mandatos.

3.3.1 Neopentecostalismo neoliberal

Colômbia historicamente manteve a hegemonia da religião católica enquanto o protestantismo foi se inserindo no campo religioso tardiamente. A diversidade religiosa se acelerou após a Constituição de 1991 com a participação dos evangélicos na esfera pública política mediante a criação de partidos confessionais (SILVA, 2019).

Com 13% de evangélicos e 79% de católicos, Colômbia tem tido maior participação e agitação por parte de lideranças evangélicas na esfera pública política desde 2016 no contexto do plebiscito pela paz, que levou às urnas a decisão popular de votar os acordos de paz entre a guerrilha das FARC e o governo de Santos. O ativismo político evangélico aflorou, já que se acusou a Santos e a ministra de educação da época de promover cartilhas para “estimular” a homossexualidade e a “ideologia de gênero” nas escolas, bem como acusações de serem inimigos da família em prol de um governo ateu e comunista. Nesse contexto, as eleições presidenciais de 2018, que levaram ao candidato de direita à presidência, contaram com apoio de importantes lideranças evangélicas, cuja presença no Legislativo conta com amplo suporte, bem como ampliação da participação no Executivo e no tabuleiro político. Nessas eleições, o uribismo continuou no poder uma vez a mais, mediante um candidato que discursivamente se apresentou sob a novidade de representar uma “mudança geracional”.

Colômbia tem dois partidos evangélicos oficiais, o *Movimiento Independiente de Renovación Absoluta* (MIRA) e *Colombia Justa Libres* (CJL), mas com a participação no Legislativo da influente pastora e senadora Claudia Rodriguez, que junto com seu esposo são donos de uma das igrejas mais bem sucedidas no país, com presença em outros países e filiada com a direita partidária. MIRA, por sua parte, considera-se o partido mais organizado e sólido da América do Sul sem escândalos de corrupção ou perseguições judiciais. MIRA, em 2016, apoiou os acordos de paz através de campanhas pedagógicas explicando a importância do enfoque de gênero nos acordos, porém vinculou-se com o Centro Democrático, partido uribista, e em 2021 se uniu com CJL, partido criado em 2017, compartilhando valores e princípios conservadores, para ter maior impacto nas eleições de 2022.

Na Colômbia, assim como no resto de América Latina, os movimentos sociais em prol da ampliação das políticas de reconhecimento se manifestam e disputam seus direitos enfrentando aos segmentos conservadores e religiosos, que através da chamada “ideologia de gênero” têm se estendido e influenciado amplos setores sociais. Os temas em torno do gênero e das sexualidades têm se resolvido no campo judiciário e não no Legislativo (HERNANDEZ, 2020), isto como mostra do agir de parcelas sociais secularizadas ou movimentos sociais, que

mediante demandas e pressão conseguiram reconhecimento para posteriores leis que beneficiam a coletividades, como foi o caso da despenalização do aborto em três casos, em 2006, por mérito do movimento feminista e apesar da forte ofensiva conservadora e de desinformação. A referida “ideologia de gênero” teve impacto na Colômbia durante o período do Procurador Geral da Nação (2009-2016), Alejandro Ordoñez, cujo enraizamento conservador e religioso fez de tal ideologia a subversão à ordem natural estendendo-se a assuntos públicos e a diversas instancias de competência nacional.

Durante a campanha de 2018, já abonado o terreno com a chamada “ideologia de gênero” em 2016, o Duque pautou no “castro-chavismo”, na ameaça de Venezuela e na ampla estigmatização da esquerda como “contraponto” à pauta de discriminação por classe social, tão cara na Colômbia. Portanto, na Colômbia as políticas de reconhecimento obedecem a uma intensa reivindicação por parte de movimentos sociais, camadas da sociedade secularizada, com ajuda de políticos progressistas, que nessas pautas estejam dispostos a pressionar os tradicionais governos de direita a ampliar os direitos. As lideranças evangélicas mais influentes na política colombiana reivindicam a defesa da propriedade privada, o Estado mínimo, a família tradicional, o empreendedorismo e a rejeição à esquerda.³

4. Núcleo neodesenvolvimentista⁴: Brasil, Argentina

O terceiro e último núcleo abordado neste trabalho é o neodesenvolvimentista, com maior período de governos de tendência à esquerda durante o século XXI, fazendo ênfase no Brasil e na Argentina. Ao contrário do núcleo bolivariano, especialmente no caso venezuelano, estes governos no que tange à política externa foram mais pragmáticos na relação com as potências ocidentais, em especial com os EUA e ao invés do socialismo propuseram melhorar o sistema vigente.

4.1 Brasil: progressismo regressivo

Brasil liderado pelo partido dos trabalhadores (PT) durante quase duas décadas do presente século deu um salto na política partidária em 2018, passando de um progressismo de contenção ou neoliberalismo inclusivo ao neoliberalismo autoritário (SANTOS, 2021). A

³ No seguinte link se visualiza a recente entrevista a algumas das maiores lideranças evangélicas colombianas: https://www.youtube.com/watch?v=ZFFAssE8tZ4&ab_channel=CanalREDM%C3%81STV

⁴ “O desafio do neodesenvolvimentismo consiste em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social” (ARRUDA, 2012, p.679).

eleição de 2010 de Dilma na chapa com Temer foi a empreitada propícia para a direita, que já havia capitalizado os indícios do desgaste petista. Os governos de Dilma foram muito conturbados, enfrentando-se a manifestações de rua em 2013 e após o processo de impeachment em 2016, que pôs Temer no poder, marcaram rupturas na política e desaprovação popular à presidenta e ao PT, até desencadear no governo de extrema direita de Bolsonaro em 2018. Os escândalos de corrupção e o descontentamento popular com a crise econômica internacional que acabou repercutindo no gigante sul-americano, bem como o ativismo político neopentecostal, se tornaram o solo fértil para o discurso moral da direita e os acordos políticos com setores conservadores, mostraram que aquele fervor popular antes do ciclo progressista, já não fazia parte da mesma forma na agenda dos governos (SCHAVELZON; PENNISI, 2021).

Assim como o fujimorismo no Peru e o uribismo na Colômbia, o bolsonarismo também se articula com negócios ilegais e poder local de forma ramificada em todo o país, conectando-se com grupos armados ligados às forças de segurança, pastores conservadores e empresários (SCHAVELZON, 2021). O bolsonarismo se construiu também no imaginário anti-PT aproveitando o declínio paulatino desse partido, que embora se enquadrasse como progressista, operou como barragem de contenção do neoliberalismo. Portanto, após esse ciclo petista seguiram políticas de ódio, cortes nos programas de educação, de saúde e forte polarização.

4.1.2 Auge do neopentecostalismo

A Igreja apoiou o regime militar, mas na década dos 60 e até os anos 80 advogou pela democratização, enquanto algumas igrejas evangélicas continuaram o apoio ao regime (ORO, 2008) e as parcelas católicas, nos anos 80, se uniram ao PT.

No Brasil com a transição democrática dos anos 1980 houve crescimento evangélico principalmente das vertentes pentecostal e neopentecostal, tornando-se ativos politicamente, mas esse engajamento no espaço público “não se deu em prol da ampliação da democracia e dos direitos humanos, mas sim sobre a base do corporativismo religioso visando não apenas o reconhecimento do Estado como a conquista de privilégios ou vantagens materiais” (SILVA, 2019, p. 257).

Após à fase convulsionada de crise econômica com a Operação Lava Jato, o impeachment e a prisão de Lula, as eleições de 2018 visibilizaram, o já fermentado revigoramento da extrema direita. Várias igrejas evangélicas tornaram-se antipetistas e pastores demonizaram o PT nas redes sociais, apoiando Bolsonaro, já que o consideraram

legítimo para defender seus valores morais, “proteger” a nação do comunismo e “reorientar” a sexualidade nas escolas para preservar as crianças e as famílias. Desse modo, Bolsonaro foi quem levantou a bandeira da vida, da família, da igreja, da livre economia, da escola sem partido e contra a ideologia de gênero (MARIANO; GERARDI, 2019).

Brasil é um dos países onde tem crescido mais a população evangélica durante os últimos anos, influenciando vários campos sociais. Em 2016 contavam com a maior bancada evangélica desde seus começos e foram chaves tanto na vitória de Dilma quanto na sua destituição (GÓMEZ, 2018).

Com relação à democratização das políticas de reconhecimento no que tange a gênero, sexualidades e direitos reprodutivos, no Brasil, a chamada ideologia de gênero é um dos debates que abrange vários campos da esfera pública. A diferença de países tais como Paraguai e Peru com trajetória desde a década dos 90 na articulação dessa “ideologia”, no Brasil começou a se difundir timidamente em 2003 e depois em 2007, embora temas como a oposição ao aborto são de longa data, através de vários institutos tais como Tradição, Família e Propriedade (TFP) e editoras como Canção Nova, para depois em 2013 os evangélicos se juntarem nessa cruzada antigênero (CORRÊA; KALIL, 2020).

As trajetórias de ampliação ou retraimento de direitos está relacionada com a dinâmica da política e de certa forma com a correlação de forças entre segmentos religiosos conservadores e a direita partidária no poder. No Brasil, segundo Corrêa e Kalil (2020), as campanhas antigênero tiveram auge após os quinze anos do governo petista que procurou políticas públicas para a democratização de direitos. Porém, no Brasil, tanto lideranças evangélicas quanto católicas têm estado também nos espectros da esquerda partidária.

No governo Bolsonaro, as campanhas antigênero e antifeminista, que nutriram os últimos contornos eleitorais, têm tido ampla cobertura levando à pastora evangélica Damares Alves à direção do Ministério dos Direitos Humanos, com discursos como a recuperação da ordem familiar e a proteção das crianças. Portanto, a laicidade do Estado tem sido ferida e as políticas de reconhecimento não possuem relevância no governo Bolsonaro, sendo a figura do presidente e seu gabinete de direita os principais promotores na criação de inimigos internos e da visão messiânica, que deixa o segmento evangélico como o interlocutor basilar da democratização de políticas de gênero e sexuais. Mas essas alianças já vinham se fermentando incluso nos governos petistas mediante o apoio de lideranças neopentecostais a essas administrações.

Desse modo, o Brasil torna-se inspiração política para os vizinhos da região em termos de correlações e redefinição de forças do segmento neopentecostal no Estado, bem como de

campanhas contra o reconhecimento e ampliação de direitos em interface com grupos extremistas à direita.

4.2 Argentina: neoliberalismo progressista

Argentina encerra, nesta abordagem, o núcleo neodesenvolvimentista, que assim como Brasil atravessou um período de ditadura, compartilhando também com o Brasil parcerias comerciais. O período de doze anos dos governos kirchneristas caracterizou-se pela heterogeneidade, tanto no plano econômico quanto de construção política e segurança interna, desgastando-se gradativamente. Em consequência, levou ao estancamento da econômica e a um tipo de normalidade recessiva capitalizada eficazmente pelo macrismo, que elegeu o discurso da igualdade de oportunidades, para gerar progresso mediante o esforço individual e a busca pessoal de base espiritual -new age- e, nesse contexto, irromperam com maior força os movimentos feministas junto à histórica demanda pelos direitos humanos e a disputa pelas micropolíticas (SZTULWARK, 2019). Desse modo, o progressismo na Argentina tornou-se também precário apesar dos tímidos avanços na democratização de direitos, entendendo-o como uma forma de adiar a consumação inevitável da catástrofe neoliberal.

4.2.1 Resistência às moralidades normativas religiosas

A Igreja Católica argentina foi pouco influenciada pela Teologia da Libertação e colaborou com os regimes militares no período de 1976 a 1983 e, por sua parte, os protestantismos se opuseram ao peronismo acreditando combater o comunismo na Argentina, apoiando o regime militar durante toda sua existência, partilhando assim o conservadorismo. Mais tarde, o contexto de crise política que seguiu à redemocratização favoreceu a emergência de movimentos políticos evangélicos, apesar que o catolicismo ainda tenha o status de religião oficial do Estado. Desse modo, Argentina experimentou um processo de individualização das crenças religiosas de sua sociedade católica paralela à constituição de uma nova identidade evangélica (SILVA, 2019).

O ordenamento jurídico argentino adotou o regime de Igreja de Estado. No entanto, durante o peronismo a Igreja conquistou importante poder no país. O governo de Menem, nos anos 90, abriu espaço à Igreja em temas morais, sexuais e escolares, mas rapidamente uma parte do clero tomou distância das políticas neoliberais desse governo. Posteriormente, nos anos 2000, durante o governo de Kirschner emergiram confrontos entre a Igreja e o governo em torno das saídas à crise da época, mas apesar disso houve proximidade entre a religião e o

peronismo ao ponto de articular “o peronismo como linguagem da religião e a religião como meio de um projeto político” (ORO, 2008, p. 22).

Com relação à democratização das políticas de reconhecimento no que tange a gênero, sexualidades e direitos reprodutivos, na Argentina o debate girou em torno da pauta de despenalização e legalização do aborto, que desde 2018 reorganizou mobilizações dos segmentos religiosos conservadores, cuja rejeição à proposta de reforma de lei, discutida no Congresso, instigou campanhas contra a chamada ideologia de gênero, após de uma década de governos kirchneristas, que possibilitaram a implementação de políticas públicas inerentes a direitos sexuais e reprodutivos (CAMPANA, 2020).

A acirrada discussão sobre o aborto convocou organizações, instituições educativas, científicas e igrejas para articular suas ideias já fermentadas, desde os anos 80, contrárias ao projeto, que abrangeram temas tais como a laicidade do Estado e seu papel na sociedade, através de agitações em internet e com apoio de ONGs “pro vida”, que configuraram amplas redes de interação, marchas, mídia e a bandana azul, cor da bandeira argentina, como símbolo de identificação de uma causa patriótica, cercando assim qualquer possibilidade de legalização do aborto.

O projeto em 2018 teve a anuência de Deputados, mas foi rejeitado no Senado, o qual visibilizou às igrejas evangélicas como interlocutoras na esfera pública política em torno de temas reprodutivos, bem como a emergência de partidos políticos “pró-vida” e a proclamação jurídica de “cidades pró-vida”, cuja reverberação foi se estendendo e ampliando as discussões em torno das políticas de reconhecimento, de direitos e dos movimentos sociais tais como o feminismo. As diversas campanhas contra o aborto assim como do combate à “ideologia de gênero” articularam evangélicos e católicos, que em outros assuntos de tipo doutrinal são concorrentes. “A batalha que esses grupos travam contra a “ideologia de gênero” na Argentina tem importantes conexões com grupos e organizações regionais e transnacionais. Talvez o caso mais evidente seja o da Frente Jovem, que tem presença no Equador, Paraguai e Peru” (CAMPANA, 2020, p. 9, tradução nossa).

Portanto, a discussão sobre o aborto, como uma política de reconhecimento e ampliação de direitos, visibilizou a dimensão, abrangência, capital (financeiro, político, simbólico) e posicionamentos dos segmentos evangélicos e católicos perante diversos temas de impacto nacional, que influem diretamente nos processos políticos. Porém, os movimentos sociais, geralmente atrelados às esquerdas, são contraponto e resistência às moralidades normativas religiosas, bem como parcelas da sociedade secularizadas, certa mídia e diversos legisladores que constituem correlações de forças para restar legitimidade às campanhas

promovidas pelos setores religiosos através de entornos eleitorais e respaldar a execução de políticas públicas já avançadas nas discussões parlamentares. Como resultado do anterior, em dezembro de 2020, o Senado argentino aprovou a legalização do aborto durante as primeiras 14 semanas de gravidez, com 38 votos a favor e 29 em contra.

Argentina, portanto, avança em direção de políticas de reconhecimento com o advento de governos progressistas atrelados à esquerda, já que essas pautas são disputadas pelo partidarismo em ausência de políticas de Estado concretas, como ocorre no resto da região. O kirschnerismo apostou em algumas reivindicações identitárias com mais força, em comparação a vizinhos como Brasil, em temas como o feminismo, os direitos humanos e o aborto. Mas a diferença com Brasil é que o kirschnerismo, sob-representação de Cristina, operou como progressista, mas não como de esquerda, ao contrário do PT, porém este último com tímidas políticas de reconhecimento.

5. Considerações finais

O neoliberalismo bem como o conservadorismo estão enraizados nas sociedades e as medidas para confrontá-los resultam ineficientes, com efeitos paradoxais e contrários aos esperados, já que o progressismo não conseguiu sustentar suas propostas tanto de redistribuição como de reconhecimento, tornando-se apenas modulador de velocidade enquanto funciona como barreira ou como acelerador. Portanto, o neoliberalismo não é apenas uma questão econômica, mas uma forma de racionalidade política que organiza a esfera política e a cidadania de acordo a certos objetivos e, por sua parte, o conservadorismo funciona como o solo fértil sob o qual se reproduzem diversas moralidades tanto em religiosos quanto em seculares, aglutinando vários agentes e interesses dentro do guarda-chuva do neoconservadorismo, que em termos morais acirrou sua disputa no que tange a temas sexualidades e diversas pautas feministas.

Nesse sentido, as moralidades normativas promovidas na região, tanto pelas maiores lideranças evangélicas quanto por grupos seculares conservadores aproveitam o conservadorismo da sociedade para promover discursos discriminatórios e criar inimigos comuns, em torno de narrativas tais como a chamada ideologia de gênero, que permeou decisões tais como o plebiscito pela paz na Colômbia e o impeachment no Brasil em 2016. Embora a região tenha herança católica e favorecimento religioso cristão por parte do Estado em defesa das moralidades normativas, parcelas de lideranças evangélicas conservadoras, que conseguiram ser garantidas institucionalmente pelo Estado, engendram diversas formas de articulação política formando sujeitos políticos e estimulando a preservação de concepções de

mundo que vão em contradição com as liberdades individuais e o fortalecimento de direitos sexuais e reprodutivos, agindo desde o Estado, ora como seu concorrente ora perseguindo os mesmos interesses.

Tanto o neoliberalismo quanto o conservadorismo radical sob o manto das extremas direitas criaram inimigos, superdimensionados, perante o imaginário de posterior fraqueza e perda hegemônica de poder, em vista da força paulatina dos movimentos sociais e de vários segmentos sociais que resistem à violência neoliberal. No caso do neopentecostalismo, algumas igrejas são consideradas incluso de religiofágicas em vista que se alimentam de outras religiões, enquanto reproduzem discursos de ódio contra as que consideram suas concorrentes. De qualquer forma, todas as formas de discriminação se reproduzem a partir de um sistema social estruturalmente incompatível com modos de ser e fazer que procurem o Bem Viver, porém com possibilidades de construção e revolução dentro desse mesmo sistema, inspiradas em práticas criativas de resistência, que gradativamente arquitetem outros modos de ser, de pensar e de fazer.

Referências

AGENCIA EFE. *El voto “secularizado” de los evangélicos en Ecuador*. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/politica/el-voto-secularizado-de-los-evangelicos-en-ecuador/20000035-4456613>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

ALMEIDA, R. DE. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.

ARRUDA, P. DE. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, p. 672–688, dez. 2012.

AZEVEDO, W. F. DE. *Peru. Quem tem medo de Pedro Castillo?* Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/610649-peru-quem-tem-medo-de-pedro-castillo>>. Acesso em: 27 out. 2021.

BARRIENTOS, J. Políticas antigénero en América Latina: El caso de Chile. p. 15, 2020.

BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. DAS D. C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina*. [s.l.] Boitempo Editorial, 2020.

CAMPANA, M. Políticas antigénero en América Latina. El caso de Argentina. p. 14, 2020.

CASTELLS, M. *Ruptura: A crise da democracia liberal*. Zahar, Rio de Janeiro, 2018.

CORRÊA, S.; KALIL, I. *POLÍTICAS ANTIGÉNERO EN AMÉRICA LATINA*: El caso de Brasil. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/resumos/Brasil_Resumen.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

- FRASER, N. *O fim do neoliberalismo “progressista”*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/27/o-fim-do-neoliberalismo-progressista>>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- GÓMEZ, B. A. O. EVANGÉLICOS Y POLÍTICA. FORMACIÓN Y VIABILIDAD DE LOS PARTIDOS POLÍTICOS EVANGÉLICOS EN COLOMBIA (1990-2018). p. 272, 2018.
- GRADOS, R. F. P. Política, religión y revolución en la obra inicial sobre el Perú de Jeffrey Klaiber S. J. *Revista del Instituto Riva-Agüero*, v. 5, n. 2, p. 79–114, 12 dez. 2020.
- GREZ, S. *REBELIÓN POPULAR Y PROCESO CONSTITUYENTE EN CHILE*. p. 109, 2019.
- HERNANDEZ, F. G. *Políticas antigénero en América Latina: El caso de Colombia*. p. 16, 2020.
- KLACHKO, P.; ARKONADA, K. *Lutas populares na América Latina e os governos progressistas*, 2017. Disponível em: <<https://www.expressaopopular.com.br/loja/produto/as-lutas-populares-na-america-latina-e-os-governos-progressistas/>>. Acesso em: 24 out. 2021
- LACERDA, M. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Disponível em: <<http://www.editorazouk.com.br/pd-6892E4.html>>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- LLILIA, M. A. Grande Separação: Religião, política e o Ocidente Moderno. Gradiva, Lisboa, 2010.
- MARIANO, R.; GERARDI, D. A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, n. 120, p. 61–76, 11 mar. 2019.
- ORO, A. P. *Religião, Coesão Social e Sistema Político na América Latina*. Disponível em: <<https://fundacaoofhc.org.br/files/papers/434.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2021.
- OSPINA, P., Pablo. *Caminos y bifurcaciones del movimiento indígena ecuatoriano | Nueva Sociedad*. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/caminos-y-bifurcaciones-del-movimiento-indigena-ecuatoriano/>>. Acesso em: 27 out. 2021.
- RIVERA, P. B. Religião e política no Peru pós-Fujimori. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 6, n. 2, p. 55, 11 abr. 2007.
- SANTOS, F. L. B. DOS. *O câncer político e social da América Latina e a metástase brasileira. Entrevista especial com Fabio Luis Barbosa dos Santos*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/607566-o-cancer-politico-e-social-da-america-latina-e-a-metastase-brasileira-entrevista-especial-com-fabio-luis-barbosa-dos-santos>>. Acesso em: 25 set. 2021.
- SCHAVELZON, S.; PENNISI, A. *El “fin de ciclo” progresista y sus derivas (parte I)*. Disponível em: <<https://www.elsaltodiario.com/opinion/fin-ciclo-progresista-derivas-america-latina>>. Acesso em: 25 out. 2021.

SILVA, H. Os novos atores “evangélicos” e a conquista do espaço público na América Latina. *Reflexão*, v. 43, n. 2, p. 243, 10 maio 2019.

SOSA, M., Mendoza. *Castillo vs. Fujimori: una «extraña» izquierda contra la vieja derecha / Nueva Sociedad*. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/castillo-fujimori-peru-izquierda-derecha-elecciones/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

SZTULWARK, D. *LA OFENSIVA SENSIBLE NEOLIBERALISMO, POPULISMO Y EL REVERSO DE LO POLÍTICO*. [s.l: s.n.].

VITERI, M. A. *Políticas antigénero en América Latina*. p. 21, 2020.

Alianzas y enfrentamientos: neoliberalismo, conservadurismo religioso y progresismo en América del Sur

Resumen

Este artículo pretende comprender el marco político contemporáneo en América del Sur con un doble enfoque: por un lado, en el progresismo como barrera de contención del neoliberalismo y, por otro, en las disputas morales más visibles en el escenario nacional por parte de segmentos religiosos neoconservadores. Este análisis comparativo propone el abordaje de tres núcleos políticos: el bolivariano, el neoliberal y el neodesarrollista, para describir la coyuntura macro y micropolítica de ocho países de la región, que a pesar de sus matices permiten establecer contrapuntos o contrastes en la forma de enfrentar problemas estructurales de redistribución (económica) y de reconocimiento (democratización de derechos). El argumento es que el neoliberalismo y el conservadurismo son variables estructurales, mientras que el progresismo opera como un apaciguamiento, con amplias limitaciones, aunque ha logrado ciertos cambios en el amplio camino de rupturas con las arraigadas prácticas capitalistas, patriarcales, coloniales y de discriminación sexual y de género.

Palabras clave: Neoliberalismo; Conservadurismo; Progresismo; Religión; Política.

Alliances et confrontations : néolibéralisme, conservatisme religieux et progressisme en Amérique du Sud

Résumé

Cet article vise à comprendre le cadre politique contemporain en Amérique du Sud avec un double regard : d'une part, dans le progressisme comme barrière à l'endiguement du néolibéralisme et, d'autre part, dans les querelles morales plus visibles sur la scène nationale par les segments religieux néoconservateurs. Cette analyse comparative propose l'approche de trois noyaux politiques : le bolivarien, le néolibéral et le néo-développementaliste, pour décrire la conjoncture macro et micropolitique de huit pays de la région, qui malgré leurs nuances permettent d'établir des contrepoints ou des contrastes dans la manière d'affronter problèmes structurels de redistribution (économique) et de reconnaissance (démocratisation des droits). L'argument est que le néolibéralisme et le conservatisme sont des variables structurelles, tandis que le progressisme opère comme un apaisement, avec de larges limites, bien qu'il ait réalisé certains changements dans le large chemin des ruptures avec l'enracinement des pratiques de discrimination capitaliste, patriarcale, coloniale et sexuelle.

Mots-clés : Néolibéralisme ; Conservatisme ; Progressisme ; Religion ; Politique.

Alliances and confrontations: neoliberalism, religious conservatism, and progressivism in South America

Abstract

This article aims to understand the contemporary political framework in South America with a double focus: on the one hand, on progressivism as a barrier to containment of neoliberalism and, on the other hand, on the more visible moral disputes on the national scene by neoconservative religious segments. This comparative analysis proposes the approach of three political nuclei: the bolivarian, the neoliberal and the neo-developmental, to describe the macro and micropolitical conjuncture of eight countries in the region, which despite their nuances allow establishing counterpoints or contrasts in the way of facing structural problems of redistribution (economic) and recognition (democratization of rights). The argument is that neoliberalism and conservatism are structural variables, while progressivism operates as appeasement, with broad limitations, although it has achieved certain changes in the broad path of ruptures with the with rooted practices of capitalist, patriarchal, colonial and discrimination sexual and genre.

Keywords: Neoliberalism; Conservatism; Progressivism; Religion; Policy.